
 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
31209638562		2062			

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: MENSURAR - SERVICOS DE CONSULTORIA ECONOMICA LTDA - ME  
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP  
  
 MGN2166553119

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BELO HORIZONTE  
Local

9 Junho 2021  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data

\_\_\_\_\_  
 Responsável

\_\_\_\_\_  
 Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8592081 em 10/06/2021 da Empresa MENSURAR - SERVICOS DE CONSULTORIA ECONOMICA LTDA - ME, Nire 31209638562 e protocolo 214742911 - 09/06/2021. Autenticação: 849E681B6846BADFF6881B102D2AB980C1146C5A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/474.291-1 e o código de segurança fNYy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/474.291-1	MGN2166553119	09/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
005.363.136-60	CRISTIANO DAHER MORAIS



**MENSURAR – SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. – ME**  
**14ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**CNPJ/MF n.º 16.847.061/0001-29**  
**NIRE 3.120.963.856-2**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo,

**GABRIEL AUGUSTO DE CARVALHO**, brasileiro, solteiro, nascido em 09/09/1993, economista, inscrito no CPF/MF sob o n.º 101.414.066-82, portador do documento de identidade n.º MG-16.018.517 PC/MG e Registro na CVM pelo ato declaratório n.º 17.426 de 07/10/2019, residente e domiciliado na Rua Tavares Bastos, 378, Apto 403, Bairro Coração de Jesus em Belo Horizonte/MG, CEP: 30380-232;

**CRISTIANO DAHER MORAIS**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, contador, inscrito no CPF sob o n.º 005.363.136-60 e Carteira de identidade n.º M-7.322.274, SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Wilson Silva, 378, Apto 05, Bairro Paulo VI em Belo Horizonte/MG, CEP: 31995-340 e

**VICTOR PIMENTA FERREIRA SIQUEIRA GOMES**, brasileiro, solteiro, nascido em 26/11/1995, economista, inscrito no CPF/MF sob o n.º 128.455.306-09, portador do documento de identidade n.º MG-16.822.004 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Jair Dutra de Moraes, 148, Bairro Dona Clara em Belo Horizonte/MG, CEP: 31.260-290;

Sendo os únicos sócios da sociedade empresária limitada “**MENSURAR – SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. – ME**”, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 16.847.061/0001-29, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31209638562, sediada e estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Contorno, n.º 6594, Sala 701, Bairro Savassi, CEP 30110-044 (“Sociedade”);

E, ainda,

**CHARLLIE GUALBERTO CAMARGOS**, brasileiro, em relacionamento estável, nascido em 10/05/1989, administrador de empresas, portador da Carteira de identidade n.º MG-13.522.337 – PC/MG, inscrito no CPF/ME sob o n.º 083.388.546-46, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Projeto Fred, 290 – Apto 403 – BL 03 – Bairro Arpoador – Contagem – MG – CEP: 32145.644;



**EDUARDA GIRÃO DA SILVA CALDERARO**, brasileira, solteira, nascida em 05/09/1997, administradora de empresa, portadora da Carteira de identidade nº 25.923.056 – SSP/AM, inscrita no CPF/ME sob o nº 012.844.892-05, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Abre Campo, 295 – Apto 201 – Bairro Santo Antonio – Belo Horizonte – MG – CEP: 30350-190; e

**IGOR RIBEIRO DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, nascido em 01/07/1991, economista, portador da Carteira de identidade nº MG14435481 – PC/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 099.929.226-99, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Nova Ponte, 137 – Apto 201- Bairro São Caetano, Contagem – MG – CEP: 32073-540;

Resolvem, em mútuo e comum acordo, promover a 14ª (décima quarta) alteração de seu Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### **I. Cessão e Transferência de Quotas**

1. Os sócios **Gabriel Augusto de Carvalho** e **Victor Pimenta Ferreira Siqueira Gomes**, acima qualificado, neste ato, retirando-se da Sociedade, cedem e transferem a totalidade das quotas do capital social da Sociedade para **Charllie Gualberto Camargos**, **Eduarda Girão da Silva Calderaro** e **Igor Ribeiro de Almeida**, acima qualificados, que ora ingressam na sociedade, observado o seguinte:

(i) **Gabriel Augusto de Carvalho** cede e transfere 10 (dez) quotas, pelo valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para **Charllie Gualberto Camargos**;

(ii) **Gabriel Augusto de Carvalho** cede e transfere 10 (dez) quotas, pelo valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para **Eduarda Girão da Silva Calderaro**;

(iii) **Gabriel Augusto de Carvalho** cede e transfere 10 (dez) quotas, pelo valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para **Igor Ribeiro de Almeida**;



(iv) **Victor Pimenta Ferreira Siqueira Gomes** cede e transfere 19 (dezenove) quotas, pelo valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para **Charllie Gualberto Camargos**;

2. Em razão do disposto no item 1 acima, as respectivas partes, na qualidade de cedentes e cessionários, reciprocamente, dão uma à outra, a mais plena, geral, irrevogável e irretratável em relação à cessão e transferência de quotas, para nada mais reclamarem uma da outra, em juízo ou fora dele, a que título for.

3. O sócio **Cristiano Daher Moraes**, neste ato, anui, sem qualquer ressalva, com ingresso dos Srs. **Charllie Gualberto Camargos**, **Eduarda Girão da Silva Calderaro** e **Igor Ribeiro de Almeida**, renunciando, desde logo, ao seu direito de preferência previsto na cláusula 9.1 do contrato social da Sociedade.

## II. Renúncia e nomeação de administradores

4. Os sócios e a Sociedade, neste ato, aceitam a renúncia do sócio **Gabriel Augusto de Carvalho**, acima qualificado, do cargo de **Diretor de Consultoria de Valores Mobiliários**, com efeito a partir desta data, em razão do que as partes, reciprocamente, dão entre si a mais plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem uma da outra, em juízo ou fora dele, a que título for.

5. Os sócios, neste ato, nomeiam para a administração da Sociedade, para o cargo de **Diretor de Consultoria de Valores Mobiliários** o sócio **Charllie Gualberto Camargos**, acima qualificado, que exercerá suas funções conforme os poderes e atribuições especificados no contrato social da Sociedade.

6. O Diretor ora eleito, neste ato, aceita a nomeação acima, assinando o presente instrumento, que serve de termo de posse, e declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.



### **III. Adaptação e Consolidação do Contrato Social**

7. Por fim, em razão das alterações aprovadas acima, decidem os sócios, por unanimidade, adotar nova redação do Contrato Social da Sociedade, que, devidamente consolidado, passa a vigorar conforme abaixo transcrito:

#### **“CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA MENSURAR – SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. – ME**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO**

1.1 A Sociedade constitui-se na forma de sociedade empresária limitada e denomina-se **“MENSURAR – SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA. – ME”**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE, FORO E FILIAIS**

2.1 A Sociedade tem sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 6594, 16º Andar, Bairro Savassi, CEP 30110-044 em Belo Horizonte, MG.

2.2 A Sociedade poderá abrir filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios em Reunião de Sócios.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL**

3.1 A Sociedade tem por objeto social as atividades de:

- (a) consultoria de valores mobiliários;
- (b) prestação de serviços de consultoria, cursos, treinamentos e organização de eventos, congressos e seminários na área econômica, voltados às instituições públicas e/ou privadas;
- (c) desenvolvimento e licenciamento de programas para computador sob encomenda e customizáveis, ligados à área econômica; e
- (d) consultoria em tecnologia da informação ligada à área econômica.



## CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO

4.1 A Sociedade iniciou suas atividades em 15/08/2012, e tem prazo de duração indeterminado.

## CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

5.1 O capital social é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 100 (cem) quotas com valor nominal de R\$500,00 (quinhentos reais) cada, todas devidamente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional, estando entre eles assim distribuídas:

<i>Sócio</i>	<i>Quotas</i>	<i>%</i>	<i>Valor (R\$)</i>
Charllie Gualberto Camargos	29	29%	14.500,00
Eduarda Girão da Silva Calderaro	10	10%	5.000,00
Igor Ribeiro de Almeida	10	10%	5.000,00
Cristiano Daher Moraes	51	51%	25.500,00
<i>Total:</i>	<i>100</i>	<i>100%</i>	<i>50.000,00</i>

## CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE

6.1 A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO

7.1 A sociedade será administrada e gerenciada pelos sócios **Charllie Gualberto Camargos** e **Cristiano Daher Moraes** que assinarão em conjunto ou isoladamente, observadas as disposições abaixo.

7.2 A representação geral da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, independentemente do valor, caberá individualmente ao sócio **Cristiano Daher Moraes**.

7.3 O sócio **Cristiano Daher Moraes** também terá como atribuição a responsabilidade pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e das normas aplicáveis à Sociedade, em especial as estabelecidas pela Resolução CVM nº 19/2021 e pela Instrução CVM 617/2019, ou por qualquer outra que





venha a substituí-las, exercendo suas funções sob a designação de “**Diretor de Compliance**”.

7.4 O sócio **Charllie Gualberto Camargos** terá como atribuição a responsabilidade pela atividade de consultoria de valores mobiliários da Sociedade, nos termos da legislação em vigor e da Resolução CVM nº 19/2021, ou qualquer outra que venha a substituí-la, bem como pela implementação e cumprimento das normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 30/2021, ou por qualquer outra que venha a substituí-la, exercendo suas funções sob a designação de “**Diretor de Consultoria de Valores Mobiliários**”.

7.5 Nos limites de suas atribuições e poderes, os administradores poderão constituir mandatários da Sociedade, mediante a outorga de procuração contendo poderes específicos e prazo determinado, não superior a 1 (um) ano, exceto nas procurações judiciais, nas quais o prazo poderá ser indeterminado.

7.6 É vedada aos administradores a prática de atos de liberalidade em favor de terceiros, como avais, fianças ou hipotecas, ou relacionados a quaisquer negócios jurídicos alheios ao objeto social.

7.7 Os administradores farão jus à remuneração a título de pró-labore, em valor a ser definido pelos sócios.

## **CLAÚSULA OITAVA – DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

8.1 As deliberações sociais serão tomadas em Reuniões de Sócios, que poderão ser convocadas a qualquer tempo pelos administradores ou por qualquer dos sócios da Sociedade.

8.2 A convocação deverá ser efetuada mediante carta registrada com aviso de recebimento, encaminhada aos sócios com antecedência mínima de 8 (oito) dias, contendo a data, local, hora e ordem do dia, dispensada a publicação de edital de convocação. O comparecimento da totalidade dos sócios, ou a declaração, por escrito, de ciência do local, data, hora e ordem do dia, dispensará o procedimento de convocação.

8.3 Salvo quando a lei exigir quórum de deliberação superior, as deliberações sociais serão tomadas por votos correspondentes a mais da metade do capital social da Sociedade, sendo que a cada quota corresponderá 1 (um) voto.





8.4 Nos termos da legislação em vigor, a Reunião de Sócios será dispensada na hipótese de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto desta.

#### **CLÁUSULA NONA – CESSÃO DE QUOTAS**

9.1 As quotas sociais são indivisíveis, e não poderão ser dadas em garantia, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, sem o prévio consentimento por escrito dos demais sócios, os quais, em caso de alienação, sempre terão, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para adquiri-las.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – RETIRADA, FALECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE SÓCIO**

10.1 Qualquer sócio poderá retirar-se da Sociedade sem que tal situação importe na sua dissolução.

10.2 Ressalvadas as disposições expressas em lei, o sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá notificar os demais por carta registrada, com aviso de recebimento, enviada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, comunicando sua intenção e solicitando a apuração de seus respectivos haveres, nos termos do artigo 1.031 do Código Civil.

10.3 Na hipótese de falecimento ou dissolução de um dos sócios, a Sociedade continuará suas atividades com os respectivos herdeiros ou sucessores. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor dos haveres do sócio falecido ou dissolvido ensejará a liquidação de suas quotas e a apuração de seus haveres, nos termos do artigo 1.031 do Código Civil.

10.4 Os haveres do sócio retirante, falecido e/ou dissolvido serão pagos pela Sociedade em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente na menor periodicidade permitida em lei, segundo índice oficial que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXCLUSÃO DE SÓCIO**

11.1 A exclusão de sócio apenas poderá ser realizada judicialmente, na forma do artigo 1.030 do Código Civil.



11.2 Os haveres do sócio excluído serão apurados com base no artigo 1.031 do Código Civil.

11.3 Os haveres do sócio excluído serão pagos pela Sociedade em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente na menor periodicidade permitida em lei, segundo índice oficial que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

12.1 O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada período, serão levantadas as demonstrações financeiras, na forma da lei, e apurados os lucros ou perdas, os quais serão auferidos ou suportados pelos sócios na medida de suas respectivas participações.

12.2 Os sócios poderão deliberar que o lucro apurado será distribuído de forma não proporcional às suas respectivas participações no capital social, mediante deliberação unânime. Na ausência de tal deliberação, o lucro apurado será distribuído aos sócios, total ou parcialmente, na proporção de suas respectivas participações no capital social.

12.3 A Sociedade poderá levantar balanços relativos a períodos inferiores a um ano e, com base neles, distribuir lucros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

13.1 A Sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei.

13.2 A liquidação da Sociedade observará as normas previstas no Código Civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

14.1 Os administradores da Sociedade declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos desta, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular,



contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA**

15.1 A Sociedade será regida pelas normas aplicáveis do Código Civil, aplicando-se, supletivamente, as normas das sociedades anônimas nas omissões porventura existentes no referido diploma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado.”

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento digitalmente para o devido registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 09 de junho de 2021.

**CRSTIANO DAHER MORAIS**

**GABRIEL AUGUSTO DE CARVALHO**

**VICTOR PIMENTA FERREIRA SIQUEIRA GOMES**

**CHARLLIE GUALBERTO CAMARGOS**

**EDUARDA GIRÃO DA SILVA CALDERARO**

**IGOR RIBEIRO DE ALMEIDA**





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/474.291-1	MGN2166553119	09/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
083.388.546-46	CHARLLIE GUALBERTO CAMARGOS
005.363.136-60	CRISTIANO DAHER MORAIS
012.844.892-05	EDUARDA GIRAO DA SILVA CALDERARO
101.414.066-82	GABRIEL AUGUSTO DE CARVALHO
099.929.226-99	IGOR RIBEIRO DE ALMEIDA
128.455.306-09	VICTOR PIMENTA FERREIRA SIQUEIRA GOMES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MENSURAR - SERVICOS DE CONSULTORIA ECONOMICA LTDA - ME, de NIRE 3120963856-2 e protocolado sob o número 21/474.291-1 em 09/06/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8592081, em 10/06/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aloysio de Almeida Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
005.363.136-60	CRISTIANO DAHER MORAIS

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
083.388.546-46	CHARLLIE GUALBERTO CAMARGOS
005.363.136-60	CRISTIANO DAHER MORAIS
012.844.892-05	EDUARDA GIRAO DA SILVA CALDERARO
099.929.226-99	IGOR RIBEIRO DE ALMEIDA
101.414.066-82	GABRIEL AUGUSTO DE CARVALHO
128.455.306-09	VICTOR PIMENTA FERREIRA SIQUEIRA GOMES

Belo Horizonte, quinta-feira, 10 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por Aloysio de Almeida Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 10/06/2021, às 16:29 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/474.291-1.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quinta-feira, 10 de junho de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8592081 em 10/06/2021 da Empresa MENSURAR - SERVICOS DE CONSULTORIA ECONOMICA LTDA - ME, Nire 31209638562 e protocolo 214742911 - 09/06/2021. Autenticação: 849E681B6846BADFF6881B102D2AB980C1146C5A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/474.291-1 e o código de segurança fNYy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL